



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

SILVEIRA, ÉDER

Sanear para integrar: a cruzada higienista de Monteiro Lobato
Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXI, núm. 1, junio, 2005, pp. 181-200
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618603011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Sanear para integrar: a cruzada higienista de Monteiro Lobato*

ÉDER SILVEIRA **

Resumo: Neste artigo, buscarei analisar alguns aspectos da participação do escritor Monteiro Lobato nas campanhas pela higienização-eugenização do Brasil. A interpretação das suas posições em relação ao brasileiro e aos problemas brasileiros, será buscada, em especial, na análise de suas obras dos anos 1910, *Urupês* (1915) e *Problema Vital* (1918).

Abstract: In this article I will try to analyze some aspects of the participation of the writer Monteiro Lobato in campaigns for higienization-eugenization of Brazil. My interpretation of his position about the Brazilian and the Brazilian problems will be especially based on an analysis of his works *Urupês* (1915) and *Problema Vital* (1918).

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Campanhas sanitárias. História das idéias.

Key-words: Monteiro Lobato. Sanitary campaigns. History of ideas.

Em todos os tempos quis-se “melhorar” os homens: este anseio antes de tudo chamava-se moral. Mas sob a mesma palavra escondem-se todas as tendências mais diversas. Tanto a domesticação da besta humana quanto a criação de um determinado gênero de homem foi chamada “melhoramento”: somente estes termos zoológicos expressam realidades. Realidades das quais com certeza o sacerdote, o típico “melhorador”, nada sabe – nada quer saber... Chamar a domesticação de um animal seu “melhoramento” soa, para nós, quase como uma piada.

Friedrich Nietzsche, *Crepúsculo dos ídolos*, 1889.

* Esse artigo é um desdobramento da pesquisa desenvolvida em minha dissertação de mestrado, *A cura da raça: eugenia e higienismo no Rio Grande do Sul, 1898-1930*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Uma versão preliminar desse ensaio foi apresentada no V CIEIA (Congresso Internacional de Estudos Ibero Americanos), realizado pela PUCRS, de 15 a 19 de setembro de 2003.

** Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com bolsa CAPES. E-mail: silveira_eder@yahoo.com.br

I

Desde as últimas décadas do Império Brasileiro poder-se-ia perceber que a intelectualidade nacional movia-se em busca de novas bases para narrar a nação brasileira. A narrativa identitária nacional erigiu-se sobre as bases da ciência européia, nomeadamente, com os últimos avanços na biologia, na antropologia e na sociologia, sendo os conceitos dessas teorias objeto de tradução pela intelectualidade brasileira, na formação da “identidade nacional” como projeto.¹ A entrada de um “bando de idéias novas”, como imortalizado na passagem em que Silvio Romero faz um balanço da “Geração de 1870”, assim generalizando as manifestações intelectuais que surgiram no país tendo como vetor a Escola do Recife,² mostraram o afã de jovens pensadores que se voltavam aos “problemas brasileiros”, com o intuito de responder a questões relativas à “identidade nacional” como comparações com a “civilização européia”.

A introdução de postulados científicos balizou a interpretação do país e forneceu as bases dos projetos que deveriam guiar os passos da nação. Ambos, interpretações e projetos, nasciam vazados pela interpretação raciológica da diferença ou especificidade da cultura brasileira, assim como pela busca de modelos climatéricos e mesológicos, fatores que, conjugados, eram tidos como determinantes do *ser brasileiro*. Buscavam dar explicações científicas ao “atraso brasileiro”, historiando-o para assim colocá-lo em uma temporalidade projetiva para, assim, pensar o devir da nação brasileira.

¹ Esses encontros de ambigüidades, de experiências diversas que são atravessadas por perspectivas teóricas que dela exigem o trabalho de tradução conceitual são postos em prática no projeto moderno de dar um sentido homogêneo à “história da nação”, construída, assim, em um processo narrativo. Para Bhabha: “Os fragmentos, retalhos e restos da vida cotidiana devem ser repetidamente transformados nos signos de uma cultura nacional coerente, enquanto o próprio ato da performance narrativa interpela um círculo crescente de sujeitos nacionais. Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuista, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação” (BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 207).

² Nas palavras de Romero: “Na política, é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico, o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos; hoje que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor de novidade nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio: Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação da instituição do Direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarme partiu da Escola de Recife (ROMERO, Silvio. *Explicações indispensáveis. Prefácio a Vários escritos*, de Tobias Barreto. Sergipe: Ed. do Estado de Sergipe, 1926, p. XXIII e XXIV).

Autores como Silvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, debateram-se com o problema da entrada do Brasil nos trilhos do progresso, em moldes eurocêntricos, tornando esses discursos sobre a “nacionalidade brasileira” ambíguos, uma vez que precisavam equilibrar a *diferença*, por eles vivida, com o modelo interpretativo que o olhar científico eurocêntrico deles exigia. Essa cisão entre aquilo que os modelos lhes exigiam e o experienciado na vivência da “zona de contato”,³ forma aquilo que o crítico indo-britânico Homi Bhabha chamará de “entre-lugar”; zona intersticial entre o projeto homogenizador da modernidade e o espaço não homogeneizável da diferença.⁴

A supressão da diferença será buscada pelas gerações de intelectuais que construirão uma nova narrativa da nacionalidade brasileira, no período que se estende de fins do século XIX às primeiras décadas do século XX, como, por exemplo, nos estudos de Silvio Romero, quando este visa pensar a gênese da cultura nacional como produto de um povo mestiço, cultural e etnicamente.⁵ Ou, por outro

³ O conceito de zona de contato foi desenvolvido pela crítica literária canadense Mary Louise Pratt, para, segundo ela, refletir sobre o espaço de encontros coloniais, tomando de empréstimo a idéia lingüística de “linguagem de contato”, forma de linguagem estabelecida entre locutores de diferentes línguas nativas e que necessitam comunicar-se. Para Pratt, “‘zona de contato’ é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam” (PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 32-33).

⁴ Segundo Bhabha: “É significativo que as capacidades produtivas desse Terceiro Espaço tenham proveniência colonial ou pós-colonial. Isso porque a disposição de descer àquele território estrangeiro [...], pode revelar que o reconhecimento teórico do espaço-cisão da enunciação é capaz de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura *internacional*, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na *diversidade* de culturas, mas na inscrição e articulação do *híbridismo* da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o ‘inter’ – o fio cortante da tradução e da negociação, o entre lugar – que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionais, do ‘povo’. E ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos” (Bhabha, op. cit., p. 69).

⁵ Para Romero, a história brasileira era história da formação de um tipo mestiço, étnica e culturalmente. Segundo ele, “a história do Brasil, como deve hoje ser compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetido pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romantismo, a história dos Tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo.

“É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextíaria em que predomina a mestiçagem. *Todo o brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias*” (ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960, t. 1, p. 54 – grifo meu). Porém, algumas páginas depois, Romero reafirma o seu conceito de mestiçagem, que se aproximaria de uma incorporação pelos brancos (raça superior) de fatores inerentes às duas raças inferiores (negros e índios), tornando assim os tipos brancos melhor adaptados ao meio tropical. Segundo

lado, com Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, autores que almejaram uma explicação bio-sociológica do crime e das manifestações de “loucura coletiva” (como no caso de Canudos), atribuindo-lhes, como causas fundamentais, as marcas de um atraso secular; para Nina Rodrigues, causado pela mestiçagem; para Euclides da Cunha, por esta e por um descompasso evolutivo que deveria ser suprimido, colocando assim o Brasil nos trilhos da civilização européia.

Euclides da Cunha, discípulo confesso de Gumplowicz,⁶ além da guerra de raças, também denunciou em sua obra o abandono dos sertanejos do norte e nordeste brasileiro; denúncia que será retomada pelos sanitaristas, como buscarei demonstrar. Se por um lado, viu na Campanha de Canudos a marcha onde a “civilização avançará nos sertões” impelida por uma força motriz irrefreável, levando ao “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”, mostrou também que ali se cometera um ato bárbaro, o massacre de homens, brasileiros como ele, ainda que dele, aparentemente, tão diferentes. Euclides da Cunha denunciou o descaso das elites brasileiras pelos brasileiros dos sertões desconhecidos, do norte e nordeste do Brasil,⁷ ou mesmo das redondezas das grandes cidades, pois, como dizia Afonso Peixoto, o sertão começa onde termina a Avenida Central.

Romero, “não quero dizer que constituiremos uma *nação de mulatos*; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá; quero dizer apenas que o europeu aliou-se aqui a outras raças, e desta união saiu o genuíno brasileiro, aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro” (ibidem, p. 120) ou “o elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar” (ibidem, p. 121).

⁶ Na carta, endereçada ao crítico Araripe Junior, Euclides afirma: “Sou um discípulo de Gumplowicz, apesar das arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico” (CUNHA, Euclides. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 151).

⁷ Nas palavras de Euclides da Cunha: “Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que planejam reflexos de vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais leigo com as exigências de nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos...” (CUNHA, Euclides. *Os sertões. Campanha de Canudos*. 35^a edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991). Sobre a obra de Euclides da Cunha, cf. LIMA, Luiz da Costa. *Terra ignota. A construção de “Os Sertões”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Com Nina Rodrigues forma-se uma escola de pensamento médico, com forte atuação como propositora de intervenções da *intelligentsia*,⁸ tornando-se aquilo que, em uma feliz imagem, foi definido por Lilia Moritz Schwarcz como um “misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários”.⁹ Gerações de médicos e psiquiatras que impulsionaram as pesquisas em torno dos problemas brasileiros¹⁰, na mesma medida em que, por outro lado, fora dos laboratórios, o “espectro euclidiano” moveria cientistas de outras especialidades, como os sanitaristas, em direção ao Brasil profundo, em busca do conhecimento das mazelas e de soluções aos problemas nacionais.

Os ecos desse projeto, que engloba um número consideravelmente maior de intelectuais do que os mencionados até aqui, em grande medida, serviu de impulso para as inquietações que marcaram a *intelligentsia* da Primeira República, em especial, no que tange aos Movimentos Higienista e Eugenista. Ambos podem ser pensados como a exigência de uma ação salvacionista, em um Brasil diagnosticado como um país doente. Assim sendo, intelectuais como Monteiro Lobato atenderão ao chamado, engajando-se na busca de soluções para os, permito-me a paráfrase, “problemas vitais” do Brasil. Nas linhas que seguem, buscarei compreender as principais propostas de Lobato para a “cura” do Brasil, a partir da análise de *Urupês*, livro de contos por ele lançado em 1915 e *Problema vital*, coletânea de ensaios publicados no jornal *Estado de São Paulo*, enfeixados em livro no ano de 1918. A cura do Brasil, proposta por Lobato, será tratada como a idéia de uma “integração biológica” dos brasileiros, diagnosticados como doentes por Lobato, integração esta que é por ele vista como *condicio sine qua non* da entrada do Brasil na marcha do progresso.

⁸ É mister observar, todavia, que ao tratar os “herdeiros” da obra de Nina Rodrigues como uma “escola” temos uma generalização, que, consequentemente, merece ter seu peso relativizado. Para uma análise aprofundada sobre o tema: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. São Paulo: Universidade São Francisco/Fapesp, 1998.

⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 18.

¹⁰ Como Mariza Corrêa percebeu ao pensar a “Escola Nina Rodrigues” como precursora da antropologia no Brasil, foi nesse espaço de reflexão criado, em especial, pelo pensamento médico, que surgiram os primeiros estudos sobre a antropologia do brasileiro. Segundo ela, “antes de termos tido antropólogos diplomados, tivemos então intelectuais que se preocuparam com uma antropologia do brasileiro, ainda que suas definições não fossem as nossas e ainda que o sistema educacional não lhes oferecesse a possibilidade de especialização neste campo hoje reconhecido como pertinente às ciências sociais” (Corrêa, op. cit., p. 40).

II

O Brasil é um imenso hospital.
Miguel Pereira

A importância da atuação de Monteiro Lobato, ao lado de nomes como Renato Kehl, Arthur Neiva e Belisário Pena, está intimamente ligada ao seu engajamento como divulgador das idéias eugênicas e higiênicas a um público amplo, mediante sua extensa colaboração com jornais como *O Estado de São Paulo* e sua rápida consagração como escritor. Todavia, antes de mais, gostaria de apontar uma importante característica da introdução dos ideais eugênicos-higiênicos no Brasil: o ingresso dessas teorias em solo brasileiro deu-se mediante a hibridização de ambos, sendo que, no Brasil, passaram a formar um binômio praticamente indissolúvel, como apontou Tânia Regina de Luca.¹¹

A eugenia, pensada desde as reflexões de seu fundador, Francis Galton, surgiu objetivando ser a ciência da “melhoria da raça humana”. Para tanto, Galton e seus seguidores depositavam a possibilidade desta melhoria na hereditariedade, determinante de todos os traços constitutivos da individualidade humana, suas potencialidades e seus desvios.¹² Seus estudos seguiram pela análise das causas da “genialidade”. O que a determinava? Como homens, de notória genialidade, assim se tornaram? Eis o tema de *Hereditary Genius*, obra na qual Galton, a partir do “examen superficial del grupo de alrededor de cuatrocientos hombres ilustres de todos los períodos de la historia” imaginava poder provar que a genialidade tinha como fator determinante a hereditariedade.¹³ Seus estudos propiciaram, também, especulações sobre o reverso da medalha, ou seja, a degeneração. Sendo possível, em sua visão, estabelecer as causas da genialidade pela hereditariedade, foi natural determinar pela hereditariedade as causas da degeneração.

¹¹ A eugenia se difundiu no Brasil com características singulares quando comparada em seu desenvolvimento a países Europeus ou mesmo à América do Norte. Segundo Luca, “no período abarcado pela *Revista do Brasil* higiene e eugenia freqüentemente eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação de pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie” (LUCA, Tânia Regina. *Revista do Brasil. Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 223).

¹² GALTON, Francis. La herencia del genio. In: *Herencia e eugeniosia*. Madrid: Alianza, 1988, p. 37.

¹³ Ibid., p. 37.

Todo o seu empreendimento científico estava assentado em duas sólidas bases: a hereditariedade e a estatística, cruzadas na construção de estudos de séries, verdadeiros inventários das melhores matrizes para a geração das “raças futuras”.¹⁴ Combinou os estudos da antropologia com a biometria, especialidade da medicina que buscava “a média como fundamento empírico da norma, em matéria de caracteres físicos humanos”.¹⁵ A biometria, que visava o estabelecimento de uma normatividade da fisiologia humana, forneceu a Galton as bases para os padrões eugênicos a serem alcançados. Como sintetizou Stephen Jay Gould, “a quantificação era o Deus de Galton, e à sua direita estava a firme convicção de que quase tudo o que podia medir tinha um caráter hereditário”.¹⁶

No Brasil, as primeiras manifestações mais concretas em relação à eugenia foram dadas ao longo da década de 1910. No ano de 1914, Alexandre Tepedino defendeu tese doutoral, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo a primeira escrita no país versando sobre a eugenia. Alguns anos mais tarde, em 1918, foram fundadas a “Liga Pró-Saneamento” e a “Sociedade Eugênica de São Paulo”, sociedades higienista/eugenista, nas quais figuravam expoentes como Monteiro Lobato, Renato Kehl,¹⁷ que viria a se tornar o maior divulgador da eugenia no Brasil, Artur Neiva, Afrânio Peixoto, Belisário Pena, entre outros.¹⁸

¹⁴ Segundo Raquel Alvarez Peláez, “la antropología, las mediciones antropológicas, podían permitir resolver uno de los problemas más arduos con los que se enfrentaba su doctrina eugénica: la selección de los más aptos y la eliminación o control de los ineptos, de los sectores peor dotados dentro de cada clase social, de los enfermos y de los pobres y vagabundos. Para identificar ciertas taras familiares era necesario hacer historiales, estudiar la historia de enfermedades y taras de cada familia. Pero además, era necesario buscar la posibilidad de identificar características físicas que representaran grupos sociales indeseables” (Peláez, op. cit., p. 18).

¹⁵ CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 124.

¹⁶ GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 68.

¹⁷ Logo Renato Kehl tornou-se o maior expoente do pensamento eugenista brasileiro. Foi autor de obra portentosa sobre o tema, somando mais de vinte volumes publicados, bem como, de um número incontável de conferências e artigos jornalísticos. Para uma compreensão mais detalhada da fundamentação biológica do pensamento de Renato Kehl, ver: CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da Eugenia. *Revista Episteme*, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, v. 5, n. 5, p. 23-48, 1998.

¹⁸ O movimento eugenista-higienista foi recebido com grande entusiasmo por amplos setores da intelectualidade brasileira, entusiasmada com as possibilidades que pareciam abrir-se. Esse movimento conseguia, assim, aglutinar os anseios nacionalistas e científicos de sua camada letrada. Para Fernando Magalhães, em um discurso dado no “calor da hora”, por exemplo: “Por isso, meus senhores, saudemos no Brasil o movimento enérgico e criador da transformação de homens para reintegrá-los na

Além das já citadas manifestações da entrada da eugenia na pauta da intelectualidade brasileira, o lançamento de uma obra de Monteiro Lobato, *Urupês*, vinda a lume em 1915, volta a atenção da intelectualidade brasileira para a problemática do Brasil sertanejo; do Jeca interiorano, entregue à “doença” e à “ignorância”. A começar pelo título, *Urupês*, a obra é profícua em provocações. O urupê é uma espécie de fungo poliporáceo que se nutre de matéria orgânica em decomposição. Estaria Lobato usando um fungo para metaforizar o Brasil? Seriam os brasileiros que viviam na miséria do campo fungos que se nutriam de matéria em decomposição, ou seja, de um meio que, entregue à própria sorte, apodrencia? Parece-me, finda a leitura da obra, *uma* imagem possível. Monteiro Lobato constrói, em vários dos contos, uma crítica veemente ao abandono e à ignorância do “Jeca”. *Urupês* é uma obra escrita sob o signo da desesperança e da denúncia apaixonada. Seu libelo inscreveu-se, como sugere Tânia Regina de Luca, de forma ambígua diante dos olhos dos leitores brasileiros. Para a historiadora paulista, a “rudeza com que Lobato descreveu seu personagem, se, por um lado, parecia confirmar as avaliações feitas pelos que proclamavam a inferioridade racial da grande maioria do povo brasileiro, por outro, abalou uma determinada visão idílica do campo, cultivada por certos setores da literatura, assim como incomodou os que tinham o sertão como o berço da raça brasileira em elaboração”.¹⁹

No conto *O Estigma*, por exemplo, Bruno, um jovem que percorre, em busca de informações, propriedades rurais do interior de São Paulo, chega a uma fazenda em que Laura, uma menina de cerca de 14 anos, o atende. Após conversarem brevemente, ela afirma-lhe ser órfã, o que, por sua pouca idade, espanta Bruno, que lhe devolve:

fortuna do seu vigor. Do centro do país parte o exemplo da campanha de apuro da raça: eis o primeiro grande serviço que por estimulante, frutificará na prosperidade nacional. A orientação presente de se praticar a medicina social há de ser, em prazo curto, o grande episódio histórico da nação que, após 1888, não mais deu outra prova de sua grandeza. Surja pois aqui um clangor de debate em prol da nova agremiação política, o partido da eugenia brasileira, remodelando o indivíduo que por seu turno modificará os costumes gerados das leis supremas, na envez de pleitear os códigos complexos cujo liberalismo se deforma todos os dias pela necessidade de adaptação, tanto à inércia dos mandados como ao excesso dos mandantes (MAGALHÃES, Fernando de. *Discursos* (1918-1923). Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, Freitas, Bastos, Spicer & Cia, 1924, p. 139).

¹⁹ Luca, op. cit., p. 203.

“– Tão nova e já órfã!...

– De pai e mãe. Tinha seis anos quando os perdi na febre amarela de Campinas”.²⁰

Nessa passagem insinua-se um tema, pedra de toque da maioria das tramas de Lobato nessa obra: as perdas e a dor causadas pela doença, pela ignorância dos sertanejos, pelo meio agreste e impermeável à civilização.²¹ Ao apontar o abandono e a decrepitude dos sertões brasileiros, Lobato fustiga a atitude de uma certa camada da classe letrada brasileira, marcada por aquilo que se poderia chamar *bacharelismo*. Quando Lobato apresenta um retrato desolador do “Brasil profundo”, está presente o desejo de colocar em xeque uma certa forma de pensar o Brasil, característica, é possível sugerir, da intelectualidade nacional do século XIX. Em seus escritos é recorrente a crítica ao bacharel, ao beletrista, personagem-tipo dessa intelectualidade oitocentista, por ele e pelos sectários do sanitarismo vistos como representantes do bacharelismo extremo, do saber de pacotilha, da intelectualidade de confeitaria; críticas que se mostram como mais um ponto em que a ruptura com o século XIX é ambicionada pelos intelectuais das primeiras décadas do século XX.²²

Urupês tornou-se logo reconhecida pela rudeza pela qual trata o caipira, dele fazendo um retrato impiedoso. Nessa obra, Lobato expressa a descrença de que em um país repleto de Jecas pudesse ser imaginado o progresso e a civilização. No conto de título homônimo ao da obra, Lobato constrói a mais clara denúncia do modo de vida do Jeca, na medida em que visa a desconstruir as idealizações sobre os caboclos, sobre a vida no campo, sobre o “homem natural” à Rousseau. É crua a imagem por ele construída das populações rurais. Para Lobato:

²⁰ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 5^a edição. São Paulo: Revista do Brasil, 1919, p. 150, doravante, citada apenas como UR, seguida da página referente.

²¹ Nesse mergulho rumo ao “Brasil profundo” é possível perceber os ecos de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Como afirmam Lima e Hochman, “a obra *Os sertões* é vista como um marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono – responsabilizando enfaticamente as elites intelectuais e políticas por essa situação. As viagens científicas pelo interior do Brasil, das quais participaram alguns importantes membros da Liga Pró-Saneamento, são igualmente por eles apontadas como o ponto de origem de sua interpretação” (LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenados pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil Redescoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998).

²² Cf., por exemplo: HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil Redescoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998, p. 23-40.

O balsâmico indianismo de Alencar esboroa-se ante o iconoclasta advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chautebriand na cabeça e a Iracema aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

Morreu Pery, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que, no romance, em concurso com nobilíssimos tipos de civilizados, a todos em beleza de alma e corpo.

Contrapôs-lhe a cruel etnologia do sertanista hodierno um selvagem real, feio e grotesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Cecy.²³

Lobato convida o leitor a esquecer as imagens dos brasileiros dos agrestes ou do fundo das matas, criadas pelo romantismo de José de Alencar e de seus contemporâneos. A elas, contrapõe uma outra: a do Jeca entregue à doença, aos insetos e à “preguiça”. A de um degenerado, de um homem que “sobrevive” entregue à própria sorte, descoberto pelos Rondons, desbravadores que “levam consigo a civilização”.²⁴

O Jeca apresentado por Lobato em *Urupês* era essencialmente um ser entregue à acomodação, à lei do menor esforço, sem senso estético, sem higiene, a andar de pés descalços pelos matos e pelos charcos, tendo como seu destino a degenerescência. Segundo ele, “todo o inconsciente filosofar da raça grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. *Nada paga a pena*. Nem culturas, nem comodidades. *De todo o jeito se vive*”.²⁵

²³ UR, p. 162.

²⁴ Merece destaque o fato de Lobato mencionar as expedições de Cândido Rondon, responsável pelo desbravamento de imensas áreas no início do Século XX à frente da comissão de Linhas Telegráficas, cujas impressões, assim como a de outras expedições científicas, a exemplo daquela de Neiva e Pena, em muito marcaram as reflexões de Lobato sobre as condições das populações rurais. Sobre as expedições de Cândido Rondon, cf. BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon. A integração nacional*. Rio do Janeiro: Contraponto, 2000. Sobre a expedição de Pena e Neiva, ver: NEIVA, Artur; PENA, Belizário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Edição fac-similar. Brasília: Academia Brasiliense de Letras, 1984.

²⁵ UR, p. 168 (grifos meus).



O Jeca Tatu, em caricatura de Belmonte.²⁶

Especula, assim, sobre os motivos de se ter tornado o Jeca esse “arremedo de homem”. A raça e o meio seriam fatores condicionantes desse estado de coisas. Aduz Lobato que “a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz formadoras de nossa nacionalidade, e metidas entre o estrangeiro voraz que tudo invade e o aborígene de tabuinha no beiço, uma existe a vegetar de cocaras, incapaz de evolução, impenetrável de progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé!”²⁷ Aceitando, como os intelectuais da “Geração de 1870”, que o brasileiro é o fruto do encontro entre as “três raças formadoras”, para Lobato, o Jeca é um condenado à degenerescência. Fruto de um encontro desigual, ligado a um meio que não favorece sua luta pela existência, formou-se assim, usando adjetivos do autor, “feio, sorna, doente e chambão”. Não é, porém, a raça, ou mais especificamente, a problemática da mestiçagem, o alvo preferencial de Lobato, ainda que sua posição acerca das possibilidades hereditárias

²⁶ <<http://www1.uol.com.br/folha/almanaque/monteirolobato.htm>>. Imagem capturada em: 21 mar. 2003, 00h 45min.

²⁷ UR, p. 164.

esteja exposta: considera o Jeca um estorvo, incapaz de evolução. Porém, para Lobato, a raça evoluiu de tal forma devido à maléfica influência do meio desde sua formação. Para Lobato:

O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. Se o holandês extraiu a Holanda, essa jóia do esforço, de um brejo salgado, a poder de estacas e diques, é que nada ali o favorecia.

Se a grande Inglaterra saiu das ilhas empedradas e nevoentas da Caledônia é que não medrava nos pedrouços a mandioca; medrasse, e talvez lá os víssemos hoje, aos ingleses, tolhícos, de pé no chão, amarelentos, mariscando de peneira no Tamisa. Há bens que vêm para males. A mandioca ilustra que parte o avesso do provérbio.²⁸

Como a passagem permite sugerir, Lobato entende que as belezas da natureza tropical, como a mandioca, que alimenta o povo e é de cultivo simplíssimo, nascendo praticamente imune de qualquer esforço do Jeca, tornaram-no fraco, inadaptado, incapaz de lutar pela existência. Apresenta, assim, uma explicação composta de elementos do evolucionismo, matizada pelas impressões de Lamarck sobre a adaptação ao meio, onde este e a raça interagem na definição da fisionomia do brasileiro.²⁹

III

O símbolo vingou-se.
Oswald de Andrade

Com a publicação de *Problema Vital*, obra que reúne seus ensaios jornalísticos, todos eles versando sobre higienismo e eugenia, Monteiro Lobato concretiza sua postura de intelectual engajado no movimento sanitarista. *Problema Vital* rapidamente tornou-se um manifesto em prol da ação da *intelligentsia* brasileira, que, ao seu ver, deveria voltar o olhar aos problemas nacionais. Obra que significou uma massiva vulgarização dos preceitos fundamentais da eugenia e do higienismo, saberes que se fortaleciam no contexto intelectual da Primeira República e que, com sua publicação, paulatinamente, colocaram-se como as grandes questões que articulariam parte da intelectualidade nacional.³⁰

²⁸ UR, p. 168-9.

²⁹ Sobre a influência do neolamarckismo no Brasil dos anos 1920/30, cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

³⁰ Ainda que, como sugerem estudos sobre a história das idéias no Brasil da Primeira República, a aceitação das posições de Lobato tenha sido entusiástica, vozes dissonantes manifestaram seu descontentamento com a crença excessiva na ciência como remédio para os “problemas nacionais”. Lima Barreto, em comentário publicado à

Problema Vital serviu como “abre-alias” para uma ampla gama de publicações incentivadas pela *Liga Pró-Saneamento Nacional* e pela *Sociedade Eugênica de São Paulo*, que, por meio das penas de seus membros, ocupavam espaços de debate na imprensa nacional³¹, difundindo os preceitos da higiene e da eugenio, a “nova religião da humanidade”; pretensa panacéia que, acreditavam, garantiria o “progresso” e a “salvação”. Ciência, fé, política e nacionalismo marcavam esse olhar sobre o Brasil e os brasileiros, inserindo-os em um amplo projeto, colocado em uma temporalidade projetiva, ancorada nessa prometeica promessa de salvação da nação pela luz da ciência. Nesse momento, completa-se o ciclo iniciado por Nina Rodrigues, ou seja, completa-se a afirmação do discurso médico como grande proposito das políticas públicas, colocando como a “missão” do médico-cientista ser o guia para o Brasil. Sendo assim, ao pensar as narrativas construídas em torno da “identidade nacional”, em especial no interregno de 1870 a 1930, ter em vista a disputa entre os discursos médico e jurídico torna-se fator de extrema relevância, na medida em que, como frisei acima, a imagem do bacharel passa a ser preterida à do intelectual que fosse também um homem de ação.³² Segundo Lobato, “retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade foto-

época do lançamento de “Problema Vital”, busca uma pauta de debates que se circunscrevesse ao campo político, sugerindo a necessidade de profundas alterações na estrutura da sociedade brasileira, provocando Lobato ao afirmar: “O problema, quanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio e em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaría de ‘Problema Vital’” (BARRETO, Lima. O problema vital. In: *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1995, p. 31).

³¹ Monteiro Lobato, a partir de 1918, passa a ser o editor da *Revista do Brasil*, fazendo com que a publicação tivesse, a cada número, ensaios e discussões em torno destas temáticas. Cf. LUCA, op. cit. Da mesma forma, publicações de vida efêmera, como a revista *Saúde*, publicada sob os auspícios da Liga Pró-Saneamento, assim como boletins sobre eugenio foram veiculados durante o período (cf. HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado [Brasil 1910-1930]. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61).

³² As disputas discursivas entre os saberes mostra, por parte dos higienistas, algumas tentativas de desqualificar os “bacharéis”, que deveriam ser apeados do poder. Lobato os provocava, em *O problema vital*, asseverando: “Por instinto de conservação é força que o bacharel – ‘triatoma baccalaureatus’ – entregue o cetro da governança ao higienista, para que este, aliado ao engenheiro, concertem a máquina brasílica desengonçada pela ignorância enciclopédica do rubim” (LOBATO, Monteiro. *Problema vital*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1918, p. 22. Doravante, indicado mediante as iniciais PV, seguidas da página).

gráfiica, é o medico ao desenhar o quadro clínico do anciostomado".³³ E o retrato de Lobato sobre o Brasil buscava revelar partes sombrias, partes as quais, segundo ele, muitos desejavam esquecer. Em *Problema Vital*, suas atenções voltar-se-ão aos agentes causadores das doenças que acometem o caboclo. Provocativos, os títulos dos ensaios remetem ao centro do problema que o autor pretendia atacar: as moléstias que a ação médico-higienista deveria conter: "dezessete milhões de opilados", "três milhões de idiotas e papudos", "dez milhões de impaludados", entre outros, remetem ao Brasil que, nas palavras de Miguel Pereira, era um "imenso hospital".

Na medida em que Lobato, em *Problema vital*, deposita sua interpretação do atraso do Brasil em relação aos Estados Unidos e aos países europeus, atraso que, como visei demonstrar, já era por ele apontado em *Urupês*, na doença, ele muda sua perspectiva sobre o país. Ao afirmar que o Jeca era um doente e não um degenerado, Monteiro Lobato opera um importante deslocamento conceitual: passa a ser transitório o estado de apatia em que o Jeca se encontra. Assim, era possível, segundo o parecer redentor da ciência, explorar de forma plena as potencialidades do contingente populacional brasileiro, pois a apatia, antes inata, agora era medicável. Como afirma Sérgio Carrara, no "prazo de poucas gerações, caso se fizesse uma política sanitária e educativa bem dirigida, o Brasil podia ser eugenicamente redimido, purificado. As raças que compunham sua população exibiriam então seus atributos positivos, apenas momentaneamente mascarados pelas deletérias consequências de certas doenças como a sífilis, e de certos costumes perniciosos como o excesso sexual que a propiciava".³⁴

Assim, *Problema vital* consistirá em uma obra de forte apelo à ação, marcada pela crença em um projeto de regeneração nacional, surgida após um período em que a principal estratégia adotada pela *intelligentsia* nacional, a imigração, até então entendida como elemento que deveria favorecer a constituição de um tipo nacional eugenônico, recebia críticas mais fortes, em um contexto influenciado, sobremaneira, pelas repercussões da Primeira Guerra Mundial. Alguns anos antes, já em 1906, Silvio Romero mostrava-se alarmado com a formação de "quistos étnicos" no território nacional, em especial, nas regiões do sul do Brasil, pelo isolamento que o sistema de colonização adotado propiciou aos colonos tedescos.

³³ PV, p. 11.

³⁴ CARRARA, Sérgio. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. *História, Ciência e Saúde*, Rio de Janeiro, Manguinhos, n. 3, p. 391-408, p. 398.

Ao contrário da imigração alemã nos Estados Unidos, onde Romero percebia uma melhor integração dos colonos ao país que os acolhia, o Brasil permitia que os adventícios formassem núcleos em que o elemento nacional tinha participação nula ou insignificante, fato que, para o crítico sergipano, poderia causar a perda dos territórios do sul do país, dado o, em seu entendimento, abissal desequilíbrio regional. Segundo Romero, “destarte, o erro gravíssimo, o erro inexplicável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do sul, foi se haver consentido na formação lenta, por oitenta dilatados anos, de fortes grupos de população que ficou irreductivelmente germânica, *sem a menor fusão com as populações brasileiras*”.³⁵

Para Romero, a imigração, especialmente a dos alemães, deveria se converter em um importante fator de regeneração do país, mediante a inoculação de sangue ariano no povo brasileiro, fato que não ocorreu, tornando, na perspectiva desses intelectuais, o projeto de imigração frustrado. Devido a esse fator, a mudança de perspectiva aberta pela possibilidade de pensar os problemas nacionais desde a problemática da doença aportou uma nova chance ao progresso do país, agora, não pela entrada de braços estrangeiros, nem pelo “branqueamento”, mas sim pela integração de uma camada da população então vista como praticamente irrecuperável. Se havia a necessidade de trabalhadores para as lavouras brasileiras, era necessário, ao invés de trazê-los de outros países, buscá-los nos rincões brasileiros. Afirmava Lobato:

Há fome de braços. Um país com 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma única das grandes empresas açucareiras de Cuba.

É que os braços estão aleijados.

Há-os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitária, o que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chins, ou japoneses – o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição.

Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem dará é a higiene.³⁶

Ante a sugestiva perspectiva de que a higiene e a eugenia tornar-se-iam a panacéia de todos os problemas nacionais, restava, lançado o brado de alarma, tecer as relações entre a voz da ciência e a ação política, com a finalidade de reabilitar o brasileiro. O espí-

³⁵ ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no Sul do Brasil. Seus perigos e meios de conjurar.* Rio de Janeiro: Typ. de Heitor Ribeiro & C., 1906, p. 44 (grifo meu).

³⁶ PV, p. 19.

rito da urgência, a fé na ciência e o nacionalismo formaram a base de um projeto de salvação nacional. Até agora abandonado pela República, o “povo, cretinizado pela miséria orgânica de mãos dadas á mistificação republicana, olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. Só de lá tem vindo, e só de lá ha de vir a verdade que salva”.³⁷ Para Lobato, o programa nacional, patriótico, deveria ter as seguintes bases, lançadas em um artigo claramente provocativo e enfático:

Programa patriótico, e mais do que patriótico, humano, já há um: sanear o Brasil.

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.

Fomento de produção só há um: sanear o Brasil.

Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.

Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil.³⁸

A questãoposta era sanear ou perecer. Era preciso agir sobre os fatores disgênicos, encarregados de minar as forças do povo brasileiro. A doença e a ignorância impediam-no de produzir e tomar o rumo do progresso social. Havia braços para o trabalho, porém braços doentes, fracos, incapazes de trabalhar. O Mal de Chagas, um dos responsáveis pela fraqueza do brasileiro, deixava, como asseverava Lobato, atrás de si um rastro de destruição. “Três milhões – três milhões! De criaturas atoladas na mais lúgubre miséria mental e fisiológica por artes de um baratão!”, exasperava-se Lobato, que clamava por uma ação higienizadora, que garantisse o surgimento de gerações saudáveis e não de “crianças dizimadas em massa – e felizes quando morrem; se vingam crescer dão de si um rastolho humano de sórdido aspecto, que atenta, diz Chagas, contra a beleza da vida e a harmonia das coisas”.³⁹

O Jeca de Lobato, pelas luzes da ciência, tinha uma esperança. Seu futuro poderia ser transformado através da ação dos médicos sanitaristas. Se em *Urupês* o Jeca é um degenerado, visto com pouca esperança por seu criador, nos escritos de *Problema vital* lhe é acenada uma chance de mudança, ele passa a *estar* nessa condição, vitimado pelos fatores deletérios que o cercam. Segundo Lobato, o caipira “possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e pela falta de assistência a terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, cacetisam o corpo e atrofiam o espírito.

³⁷ PV, p. 8.

³⁸ PV, p. 21.

³⁹ PV, p. 17.

O caipira não ‘é’ assim. Está ‘assim’. Curado, recuperará rapidamente o lugar a que faz jus no concerto etnológico”.⁴⁰

Segundo Lobato, antes do surgimento da ciência experimental no Brasil, não era possível vislumbrar o projeto de devir, a aposta no futuro. Foi através da idéia de saneamento que se pôde vislumbrar a chance de apostar em um tempo projetivo. A idéia mesmo de saneamento é vista por Lobato como consoladora, na medida em que possibilita uma saída para o dilema em que a intellectualidade brasileira então se encontrava: “ou doença ou incapacidade racial”. Uma escolha é feita por Lobato. Para ele era “preferível optarmos pela doença”.⁴¹

Optar pela doença, para Lobato, significava apostar na reversibilidade dos “problemas brasileiros”. Claro que uma opção que se dá em um momento de transição, onde permanecem ambigüidades,⁴² mas que de toda a forma abria a possibilidade de pensar em um futuro que poderia ser projetado, que devolvia suas rédeas às mãos dos cientistas brasileiros. Nas palavras de Lobato, é perceptível a satisfação de ter argumentos científicos que possibilitem responder aos anseios de sua geração. Suas palavras são de alívio: “Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiávamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bom a voz mais alta da biologia”.⁴³ Esta inflexão no pensamento de Monteiro Lobato coloca-o em uma posição ambígua. Mantém-se ligado à idéia de que a hereditariedade é a base da regeneração, e de que para garantir boas gerações é necessário atacar o meio, todavia relativiza os determinismos raciais, vendo na sucessiva geração de indivíduos em um meio saneado o caminho para a salvação nacional.⁴⁴

⁴⁰ PV, p. 62 (grifo meu).

⁴¹ PV, p. 74.

⁴² O principal ponto a ser levado em conta ao pensar esse momento da *intelligentsia* brasileira são as ambigüidades e indefinições pelas quais passava. O próprio conceito de raça era bastante impreciso. Além disso, a eugenia, quando incorporada ao pensamento brasileiro passa por um processo de tradução. Como frisa Lilia Moritz Schwarcz neste ponto, “mais uma vez, o que se percebe não é a cópia imediata dos modelos disponíveis no estrangeiro, mas um uso original. As práticas eugênicas, em vez de levarem à condenação imediata do cruzamento, previam saídas, ao menos para parte da população. Autoritários, como o momento que então se anunciava, os projetos eugênicos retiravam dos médicos baianos a má consciência de diagnosticar a falência irrevogável da nação” (in: Schwarcz, op. cit., p. 217).

⁴³ PV, p. 74.

⁴⁴ Afirmando que o autor de *Urupês* relativiza o papel ocupado pela idéia de raça na explicação do “atraso brasileiro”, todavia, não significa dizer que ele descola-se totalmente das explicações raciológicas sobre o Brasil. A figura do negro, por exemplo, continuará no centro de um sem número de indefinições ao longo de sua obra. Em

A relativização por ele proposta, todavia, deve ser pensada tendo sempre em vista as ambigüidades do discurso sobre a questão racial na época. É infrutífero, parece-me possível sugerir, buscar uma unidade de idéias entre os membros do movimento sanitarista brasileiro. Renato Kehl, seu amigo pessoal, contemporâneo e companheiro nas lutas pelo saneamento do país, em uma passagem de sua obra, intitulada *A cura da fealdade*, afirma sua convicção de que a transformação do Jeca doente e preguiçoso no verdadeiro tipo nacional é uma questão de tempo, dados os feitos da Liga Pró-Saneamento. Segundo Kehl:

Parte respeitável da população rural e mesmo urbana, traz impressa, indelevelmente, evidentes sinais de degeneração, tomados erroneamente, como caracteres antropológicos da raça. Foram as doenças que criaram o “caboclo degenerado” que na literatura indígena se cognominou “Geca Tatu”. Este, felizmente, não representa senão a caricatura grotesca do brasileiro cacogenizado, fadado a desaparecer, para dar lugar ao verdadeiro tipo nacional, forte, robusto e perfeito, quando a instrução e a higiene fizerem o milagre da regeneração nacional. E esse milagre, estou certo, realizar-se-á dentro de tempo relativamente curto, graças aos esforços, que não se esboçam mas se evidenciam claramente.⁴⁵

Ou seja, para Kehl não há, naqueles traços de “degeneração”, antes considerados como fatores inatos da população brasileiro, sinal que não seja gerado pela doença, pelos fatores disgênicos. Todavia, algumas páginas adiante, reafirma a hereditariedade e a

obras como *História da Tia Nastácia*, publicada nos anos 30, Lobato investe contra a figura do negro novamente, como é perceptível através da seguinte passagem, onde Emilia comenta com mal-criações a história contada por Tia Nastácia: “Pois cá comigo – disse Emilia – só aturo estas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e até bárbaras – coisa mesmo de negra beiçuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto, e não gosto!” (LOBATO, Monteiro. *Histórias de tia Nastácia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 1957, p. 30). Para Marisa Lajolo, comentando outros aspectos de sua prosa ficcional, a idéia de raça permanece presente na obra de Lobato, envolta em uma série de ambigüidades. Segundo ela, “francamente eugenista, a trama urdida por Lobato em *O choque das raças*, onde a inteligência dos brancos acabava vencendo, vem destacar posições ambíguas do escritor. Mas, se neste livro ele abraça idéias acerca da superioridade racial, em outros momentos resgata o elemento de origem africana e reconhece seu papel na cultura brasileira – como na caracterização de Tia Nastácia e Tio Barnabé – personagens do Sítio do Picapau Amarelo, representantes do saber popular. E tampouco se esquia em denunciar as crueldades do escravismo, conforme se pode constatar no conto ‘Negrinha’” (LAJOLO, Marisa. *A figura do negro em Monteiro Lobato*. Capturado no dia 22 mar. 2003, às 00h 43min, em <<http://www.as.miami.edu/las/negrolobato2.html>>).

⁴⁵ KEHL, Renato. *A cura da fealdade*. Eugenia e Medicina Social. São Paulo: Monteiro Lobato & Co. Editores, 1923, p. 165-166.

escala de superioridade e inferioridade racial, logo inata, na medida em que considera “todas as raças suscetíveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor grau, guardando, porém, certa restrição, em relação à raça negra, que, parece-me, é de um grau intelectual um tanto inferior a todas as outras”. Segue Kehl, afirmando ainda que o “fato de se contarem, entre indivíduos de raça negra, exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença ou melhor, essa verdade. São exceções e raríssimas que não servem para invalidar a regra”.⁴⁶

É corrente, entre os higienistas e eugenistas, a crença de que, por um lado, é possível regenerar uma raça, saná-la física e moralmente. Porém, essa crença não necessariamente negaria que, como fica patente na passagem acima, a “raça negra” fosse de tipo inferior dentro de sua interpretação. Kehl, assim como Lobato, partilhava da idéia de que o povo brasileiro era vítima da doença e do descaso, sendo possível saná-lo. Todavia, isso implicava na crença em uma melhoria das condições de saúde física que não necessariamente elevavam no mesmo movimento o juízo que eles tinham acerca de escalas de superioridade ou inferioridade racial. Uma determinada “raça” pode mostrar-se em estado de saúde perfeito, plenamente apta para levar uma vida laboriosa e produtiva, porém nem por isso ultrapassaria sua condição inicial, definida pelo seu tipo racial.

Ainda que discordem quanto aos caminhos a serem percorridos, Lobato, Kehl e seus contemporâneos tinham depositado na doença suas esperanças em relação à reabilitação do brasileiro. Tinham nela um alvo e, em certa medida, salvo posições ambíguas, aparentemente contraditórias, uma causa que determinava, em última instância, a lúgubre imagem que faziam do país. Obtêm, assim, uma saída eclética que lhes permitiu a libertação da má-consciência da condenação sumária que recebiam das interpretações que os precederam, interpretações as quais, em sua maioria, apontavam para a irreversibilidade dos problemas nacionais.

IV

Ao longo desse breve ensaio busquei perceber, desde a obra de Monteiro Lobato, uma guinada, ainda que sutil, na maneira mediante a qual o Brasil foi pensado nas primeiras décadas do século XX. Na passagem que aponto, de uma condenação pe-

⁴⁶ Ibid., p. 174-175.

remptória e desesperançada do Jeca, por ele apresentada em *Urupês*, aos combativos e apaixonados ensaios de *Problema vital*, onde o seu alvo desloca-se da degeneração para a doença, busco evidenciar a transformação de um perspectiva determinista, logo profundamente pessimista quanto aos rumos do Brasil, em um olhar otimista, que conseguia na medicina uma justificativa científica para a crença no progresso do país. Ou seja, o diagnóstico da doença torna a inferioridade, antes inata, transitória.

Essa passagem da detratão pura e simples ao desenvolvimento em potencial, apenas à espera de uma postura “correta” por parte, tanto das elites intelectuais como políticas, aportou a Lobato e aos seus contemporâneos o argumento científico que possibilitou construir um projeto de integração nacional. Essa viragem no pensamento social da época foi responsável tanto por um olhar mais otimista sobre o Brasil, quanto pela formulação de uma crítica veemente da experiência republicana.

Com rara sensibilidade, Oswald de Andrade percebeu, em uma conferência pronunciada na Sorbone, no ano de 1923, que o criador foi engolido pela criatura. Lobato, ao conceber seu Jeca Tatu, viu nele “o Brasil apático, sem idealismo são”. Todavia, para Oswald de Andrade, “o símbolo vingou-se”. Segundo ele, diferentemente da intenção do autor, a “imaginação popular viu nele (Jeca) o Brasil tenaz, cheio de resistências físicas e morais, fatalizado mas não fatalista, tendo adotado, pelas circunstâncias das suas origens e do seu exílio, esta espécie de vocação para a infelicidade, observada inconscientemente pelos etnólogos e pelos romancistas”.⁴⁷

E foi a imagem do Jeca a utilizada por Lobato em uma de suas campanhas, associado ao grupo Fontoura, em prol da conscientização dos preceitos higiênicos. Nos anos 40, Lobato criou o Jeca Tatuzinho, menino que, com suas histórias, ensinava as crianças a importância de lavar as mãos, de usar sapatos e de alimentar-se corretamente. Na história, o Jeca Tatu, com suas terras, vizinhas às de um imigrante italiano, prosperou.

⁴⁷ ANDRADE, Oswald de. O esforço intelectual do Brasil contemporâneo. In: *Estética e política*. São Paulo: Globo, 1991, p. 35.